

24/04/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 111.608 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: ANDERSON PROLA PIRES
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: PENAL. *HABEAS CORPUS*. PACIENTE DENUNCIADO PELO CRIME DE RECEPÇÃO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. REPROVABILIDADE DA CONDUTA DO AGENTE. ORDEM DENEGADA.

I – A aplicação do princípio da insignificância, de modo a tornar a ação atípica, exige a satisfação, de forma concomitante, de certos requisitos, quais sejam, a conduta minimamente ofensiva, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a lesão jurídica inexpressiva.

II – Embora o valor do bem adquirido, à primeira vista, possa parecer pouco expressivo (R\$ 50,00), à época dos fatos correspondia a quase 25% do salário mínimo vigente, o que não pode ser considerado ínfimo. Deve-se destacar, também, que, para o reconhecimento da insignificância da ação, não se pode levar em conta apenas a expressão econômica da lesão.

III – Impossível o reconhecimento do delito de bagatela, porquanto a conduta narrada reveste-se de significativa reprovabilidade, o que demonstra a necessidade da tutela penal.

IV – O delito de receptação (art. 180 do CP) traz consigo um enorme número de outros crimes, inclusive mais graves, pois é nele que se encontra incentivo para a prática de diversos crimes contra o patrimônio, a exemplo do furto e do roubo. É nesse contexto que se deve avaliar a reprovabilidade da conduta, e não apenas na importância econômica do bem subtraído ou, como no caso sob exame, no valor pago pelo paciente para, ilicitamente, adquirir um produto de crime.

V – Os autos dão conta da reiteração criminosa. Conforme ressaltado

HC 111.608 / RS

pelas instâncias anteriores e pelo Ministério Público Federal, na certidão de antecedentes criminais que instrui os autos da ação penal, verifica-se que o paciente responde a outras cinco ações penais em curso, sendo: uma pelo crime de homicídio qualificado, duas pela prática de furto, uma pelo delito de violência doméstica e outra pelo suposto cometimento de roubo/extorsão.

VI – Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por votação majoritária, indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Presidente, Ministro Celso de Mello. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 24 de abril de 2012.

RICARDO LEWANDOWSKI – RELATOR

24/04/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 111.608 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: ANDERSON PROLA PIRES
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO **RICARDO LEWANDOWSKI** (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União, em favor de **ANDERSON PROLA PIRES**, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao Recurso Especial 1.245.613/RS, Rel. Min. Laurita Vaz.

A impetrante narra, de início, que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime de receptação (art. 180 do CP), por ter adquirido um telefone celular pelo valor de R\$ 50,00, que foi restituído à vítima.

Informa, em seguida, que o paciente foi absolvido em primeiro grau, por aplicação do princípio da insignificância, apesar de o magistrado sentenciante ter reconhecido a existência de denúncias relacionadas a outros delitos supostamente praticados pelo paciente.

Interposta apelação pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Tribunal de Justiça daquele Estado negou provimento ao recurso, mantendo a absolvição. Inconformado, o *Parquet* interpôs recurso especial no Superior Tribunal de Justiça, que lhe deu provimento, para determinar o retorno dos autos à primeira instância, “a fim de que, afastada a aplicação do princípio da insignificância, seja dado prosseguimento à ação penal”.

HC 111.608 / RS

É contra essa decisão que se insurge a impetrante.

Alega, de início, que, ao afastar a aplicabilidade do princípio da bagatela, o acórdão ora atacado impôs grave e imediato constrangimento ilegal ao paciente, *“pois afronta o princípio da presunção da inocência ou da não culpabilidade previsto no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal”*. Isso porque levou em consideração outras cinco ações penais em curso contra o paciente.

Salienta, em seguida, que a Sexta Turma do STJ já decidiu que, *“sendo ínfimo o valor do bem e tendo sido restituído à vítima, como é o caso dos autos, é possível se aplicar o princípio da bagatela, ainda que o acusado possua maus antecedentes e/ou reincidência (...)”*.

Aduz, outrossim, que o paciente responde a outras ações penais, mas em nenhuma delas ocorreu o trânsito em julgado, sendo, inclusive, absolvido em primeiro grau, por aplicação do mesmo princípio, em decisão que foi mantida em segunda instância.

Por fim, ressalta que é firme a jurisprudência pátria no sentido de que as ações penais que resultaram em sentenças extintivas de punibilidade não podem ser consideradas como maus antecedentes, assim como os inquéritos ou processos em andamento não servem para a valoração da personalidade do agente.

Ao final, embora tenha apresentado argumentos relativos à necessidade de ser deferida a medida liminar, não explicitou qual o provimento pretendido, limitando-se a requerer *“a concessão da liminar, nos termos constantes deste writ”*. No mérito, pede a concessão da ordem para que seja cassada a decisão ora questionada.

Em 19/12/2011, indeferi o pedido de liminar, solicitei informações ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e determinei, na

HC 111.608 / RS

sequência, fosse ouvido o Procurador-Geral da República.

As informações foram prestadas por meio do Ofício 10/2012-M-2ª VP, de 3/1/2012, recebido nesta Corte em 19/1/2012 (Ofício 65/2012-CPIP/STJ), e do Ofício 3/2012, oriundo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Santa Maria/RS.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Mario José Gisi, manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

24/04/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 111.608 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR): Bem examinados os autos, tenho que o caso é de denegação da ordem.

O acórdão questionado possui a seguinte ementa:

“RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. RECEPÇÃO. OBJETO DE PEQUENO VALOR (APARELHO CELULAR AVALIADO EM R\$ 50,00). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INVIABILIDADE. ESPECIAL REPROVABILIDADE DA CONDUTA DO AGENTE. EXISTÊNCIA DE DIVERSAS AÇÕES EM CURSO, INCLUSIVE PELO EVENTUAL COMETIMENTO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. PRECEDENTES DE AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES DESTA TURMA.

1. Na hipótese dos autos, a despeito do reduzido valor do objeto receptado no caso (aparelho celular avaliado em R\$ 50,00) não ocorre o desinteresse estatal à repressão do delito praticado pelo ora Recorrido, porquanto notória a periculosidade do Agente, que integra outras cinco ações penais em curso, sendo três delas por delitos contra o patrimônio.

2. Conforme decidido pela Suprema Corte, '[o] princípio da insignificância não foi estruturado para resguardar e legitimar constantes condutas desvirtuadas, mas para impedir que desvios de condutas ínfimas, isoladas, sejam sancionados pelo direito penal, fazendo-se justiça no caso concreto. Comportamentos contrários à lei penal, mesmo que insignificantes, quando constantes, devido a sua reprovabilidade, perdem a característica de bagatela e devem se submeter ao direito penal' (STF, HC 102.088/RS, 1.^a Turma, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 21/05/2010).

3. Mais. O eminente Ministro MARCO AURÉLIO, do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do HC

HC 111.608 / RS

100.690/MG, de que foi relator (DJe de 04/05/2011), em casuística na qual o Paciente foi condenado pela tentativa de furto de dois DVDs, avaliados em R\$ 34,90, em um shopping de Minas Gerais, esclareceu que, '[s]e considerarmos, de forma isolada, o valor do objeto da res, nós concluiremos que há insignificância e que a própria sociedade não tem interesse nessa espécie de persecução criminal'. Porém, na ocasião, decidiu-se pela impossibilidade da aplicação do princípio, 'uma vez que o condenado se mostrou reincidente na prática de pequenos furtos'.

4. De fato, a lei seria inócua se fosse tolerada a prática reiterada do mesmo delito, seguidas vezes, em frações que, isoladamente, não superassem certo valor tido por insignificante, mas o excedesse na soma. Sob pena de verdadeiro incentivo ao descumprimento da norma legal, mormente para aqueles que fazem da criminalidade um meio de vida. Precedentes desta Turma.

5. Conclui-se que o pequeno valor da vantagem patrimonial ilícita não se traduz, automaticamente, no reconhecimento do crime de bagatela.

6. Recurso especial provido".

Conforme relatado, a Defensoria Pública da União pleiteia a aplicação, ao caso, do princípio da insignificância, para que seja reconhecida a atipicidade da conduta e, por conseguinte, absolvido o paciente.

Sem razão a impetrante.

Como se sabe, a configuração do delito de bagatela, conforme têm entendido as duas Turmas deste Tribunal, exige a satisfação, de forma concomitante, de certos requisitos, quais sejam, a conduta minimamente ofensiva, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a lesão jurídica inexpressiva.

Nesse contexto, embora o valor do bem adquirido, à primeira vista, possa parecer pouco expressivo (R\$ 50,00), à época dos fatos correspondia

HC 111.608 / RS

a quase 25% do salário mínimo vigente, o que não pode ser considerado ínfimo. Deve-se destacar, também, que, para o reconhecimento da insignificância da ação, não se pode levar em conta apenas a expressão econômica da lesão.

É dizer: a aplicação do referido princípio somente deve ter lugar quando a interferência do Direito Penal mostrar-se desnecessária e desproporcional à ação levada a efeito pelo réu. O delito de receptação (art. 180 do CP) traz consigo um enorme número de outros crimes, inclusive mais graves, pois é nele que se encontra incentivo para a prática de diversos crimes contra o patrimônio, a exemplo do furto e do roubo. É nesse contexto que se deve avaliar a reprovabilidade da conduta, e não apenas na importância econômica do bem subtraído ou, como no caso sob exame, no valor pago pelo paciente para, ilícitamente, adquirir um produto de crime.

Além desse aspecto, os autos dão conta da reiteração criminosa. Conforme ressaltado pelas instâncias anteriores e pelo Ministério Público Federal, na certidão de antecedentes criminais que instrui os autos da ação penal, verifica-se que o paciente responde a outras cinco ações penais em curso, sendo: uma pelo crime de homicídio qualificado, duas pela prática de furto, uma pelo delito de violência doméstica e outra pelo suposto cometimento de roubo/extorsão.

É evidente que esses fatos não indicam, tecnicamente, a reincidência do paciente. Contudo, demonstram a sua propensão à prática de crimes.

Embora esta Turma tenha entendimento no sentido de que as questões relativas à pessoa do agente não devem ser levadas em consideração no exame da incidência ou não do princípio da insignificância ao caso concreto, por serem atinentes à culpabilidade e não à tipicidade, tenho que os fatos narrados demonstram a necessidade da tutela penal, em função da maior reprovabilidade da conduta do

HC 111.608 / RS

agente, que, conforme revelam os autos, possui experiência criminosa anterior, de modo que não há falar em insignificância no caso sob exame.

Ademais, a aplicação do referido instituto, na espécie, poderia significar um verdadeiro incentivo à prática de pequenos delitos pelo paciente, ante a certeza da impunidade de tais condutas, que estarão acobertadas pelo princípio da insignificância.

Por outro lado, não deixo de reconhecer que esta Turma tem assentado, nos debates em torno da aplicação do princípio da insignificância, que o julgador deve sopesar a proporcionalidade entre o desvalor da conduta levada a efeito pelo acusado e a resposta penal a ser imposta pelo Estado. Inexistindo essa relação de proporcionalidade, chega-se à conclusão de que a imposição da sanção de constrição da liberdade ao agente revela-se muito gravosa em relação ao dano por ele provocado, o que justifica o reconhecimento do delito de bagatela.

A ilustrar essa afirmação, transcrevo o seguinte trecho do voto proferido pelo Ministro Gilmar Mendes no HC 108.872/RS:

“Dessarte, insta asseverar, ainda, que, para chegar à tipicidade material, há que se pôr em prática juízo de ponderação entre o dano causado pelo agente e a pena que lhe será imposta como consequência da intervenção penal do Estado. A análise da questão, tendo em vista o princípio da proporcionalidade, pode justificar, dessa forma, a ilegitimidade da intervenção estatal por meio do Direito Penal”.

Entretanto, no caso sob exame, considerados o dano sofrido pela vítima, o desvalor da conduta do agente e sua periculosidade, o prosseguimento da ação penal é medida que se impõe.

No mesmo sentido foi a manifestação do Órgão Ministerial, que assim se pronunciou sobre a matéria:

HC 111.608 / RS

“(…)

No caso em apreço, não é razoável falar-se na presença dos vetores utilizados por essa Suprema Corte, porquanto a certidão de antecedentes criminais do paciente registra 05 (cinco) ações penais em curso – **uma pelo crime de homicídio qualificado, duas pela prática de furto, uma pelo delito de violência doméstica e outra pelo eventual cometimento de roubo/extorsão** –, circunstância bastante a desautorizar a aplicação do princípio da insignificância.

Caso atendido o pleito da defesa, para quem ações penais em andamento nem sentenças extintivas de punibilidade não constituem motivo suficiente para afastar o princípio da insignificância, haverá a real probabilidade de que aquele que pratica reiterados ‘crimes de bagatela’ permaneça impune. Isso porque o Estado sequer estaria autorizado a promover a ação penal em juízo, deixando, assim, a sociedade a mercê desse tipo de conduta, o que, seja enfatizado, pode implicar reações violentas ou mesmo mais graves. Afinal de contas, ‘Se não for possível repelir a agressão por outra forma, o mais insignificante bem jurídico pode ser protegido com a morte dada ao agressor’ [BIERRENBACH, Sheila. Teoria do Crime. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. P. 182].

(…)

Em verdade, caso acolhido o princípio da bagatela, **ANDERSON PROLA PIRES**, contra quem tramitam 05 (cinco) ações penais, não encontrará freios que o inibam da prática de pequenos delitos, ante a certeza de impunidade dos ilícitos, pois, afinal de contas, estará ancorado no princípio da insignificância.

Registre-se, por fim, que a previsão pelo ordenamento pátrio de penas restritivas de direitos e outros institutos despenalizadores, mostra que o Direito Penal não é insensível às variáveis que cercam o fato delituoso, a ponto de ensejar uma equânime e apropriada resposta penal, que, de alguma forma, apresenta algum teor educativo, intimidador e mesmo prenunciador de outras consequências mais graves, caso o apenado insista em delinquir” (grifos no original).

Ante o exposto, denego a ordem.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 111.608

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

PACTE.(S) : ANDERSON PROLA PIRES

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por votação majoritária, **indeferiu** o pedido de **habeas corpus, nos termos** do voto do Relator, vencido o Presidente, Ministro Celso de Mello. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 24.04.2012.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

p/ Fabiane Duarte
Secretária